

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.242 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2001

Agenda da Semana

Composição das comissões pode ser definida amanhã

Os líderes partidários discutem amanhã, em reunião com o presidente do Senado, Jader Barbalho, como ficará a composição das sete comissões permanentes da Casa.

PÁGINA 3



CPI do Futebol ouvirá ex-dirigentes do Vasco

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro ouvirá amanhã ex-dirigentes do Vasco da Gama. Conforme o relator da CPI, senador Geraldo Althoff, o objetivo é aprofundar investigações sobre o presidente do clube, deputado Eurico Miranda. Na quinta-feira, a CPI vai realizar audiência pública para debater o passe de jogadores.

PÁGINA 3

Senado aprecia projeto que pune falta às aulas

O Plenário votará na quarta-feira projeto de lei que visa manter as crianças na escola, protegendo-as do abandono.

PÁGINA 3

O ex-jogador Raí foi convidado pela CPI para debater a questão do passe, em audiência pública na quinta-feira



Parlamentares discutem rumos da investigação

PÁGINA 3



Jader aponta três reformas como prioritárias: a tributária, a política e a do Poder Judiciário

Reformas política e do Judiciário são as mais adiantadas

Entre as três reformas apontadas como prioritárias pelo novo presidente do Senado, Jader Barbalho, as que prevêem mudanças no sistema político e no Poder Judiciário estão em fase mais adiantada de tramitação. A reforma tributária enfrenta a falta de consenso sobre o tema mesmo dentro da base governista.

PÁGINA 5



Amir Lando

Amir Lando apresenta projeto do novo salário mínimo

Em cumprimento ao acordo feito em novembro entre o governo e o Congresso, senador propõe reajuste do salário mínimo para R\$ 180.

PÁGINA 8



Romeu Tuma

Plenário aprova aplauso aos 80 anos da "Folha de S. Paulo"

Romeu Tuma, que propôs a homenagem, apontou a *Folha de S. Paulo* como "paradigma do jornalismo democrático"

PÁGINA 6

CCJ vota regulamentação do comércio eletrônico

Projeto de lei apresentado pelo senador Lúcio Alcântara disciplina a venda de mercadorias e a celebração de contratos por computador

Com parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o comércio eletrônico em todo o território nacional, contemplando qualquer tipo de venda feita por computador.

O projeto reconhece os efeitos jurídicos da informação transmitida por meio eletrônico, estabelecendo que, quando a lei exigir informação por escrito, ela será pre-



O projeto de Alcântara já foi aprovado pela Comissão de Educação

enchida por uma mensagem eletrônica, desde que a informação nela contida seja acessível para consulta posterior.

No caso de a lei exigir assinatura, esse requisito também será atendido por mensagem eletrônica, desde que seja possível identificar a pessoa e indicar sua aprovação para a informação

contida na mensagem. O projeto dispõe que o método utilizado deverá ser confiável para as duas partes. Prevê ainda que, na celebração de um contrato, a oferta e sua aceitação podem ser expres-

sas por meio eletrônico.

Em defesa do texto, o senador Lúcio Alcântara invocou a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico às inovações introduzidas no cotidiano da sociedade. Ele disse que o uso cada vez mais acentuado da informática reclama seu disciplinamento jurídico, sob pena de surgirem questionamentos sobre a validade e eficácia da utilização desse instrumental.

Já aprovado na Comissão de Educação, o projeto aguarda inclusão na pauta de votações da CCJ. Caso seja aprovado, será lido em plenário, quando se abrirá prazo de cinco dias para recurso. Caso ninguém recorra contra sua aprovação, será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Osmar Dias sugere publicidade para concessões entregues à iniciativa privada

Em decisão terminativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar neste semestre projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que torna obrigatória a publicação integral, na imprensa oficial, de todos os contratos de concessão feitos entre o poder público e a iniciativa privada. Os contratos também deverão estar disponíveis, a qualquer momento, para qualquer cidadão interessado.

Referindo-se à lei que regulamentou o regime de concessão e permissão de serviços públicos, Osmar Dias a considerou um avanço no relacionamento entre o setor público e o setor privado. Mas ele acredita que, na gestão dos atuais contratos de concessão, é necessário aprimorar a legislação,

com o objetivo de resguardar o direito do usuário e de evitar o surgimento de monopólios privados em conluio com governantes.

No caso das concessões para exploração de rodovias, onde a empresa concessionária cobra pedágio, seu projeto determina que essa empresa ficará obrigada a colocar trimestralmente à disposição da sociedade planilha analítica que evidencie seus custos, bem como suas receitas. Deverão ser igualmente liberados ao público os aditivos aos contratos e a avaliação mensal so-



Osmar diz que o projeto aprimora a lei que regula as concessões públicas

bre o seu cumprimento.

O projeto também estabelece que o poder concedente ficará obrigado a publicar mensalmente na imprensa oficial as receitas auferidas de todas as suas concessões, bem como o destino dos recursos assim arrecadados. Osmar Dias quer que seu projeto contribua para que "o princípio da concessão pública não seja maculado por experiências específicas em que o poder público não coloca como primeira prioridade o interesse coletivo".



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 126/2000, altera o ato que autoriza o Movimento Comunitário pela Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus (AM); PDL nº 148/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção (BA); PDL nº 179/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Paranaíba (MG); Requerimento nº 605/2000, solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2000; e Requerimento nº 614/2000, solicitando que sobre o PDL nº 42/2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 26/2000, altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PDL nº 150/2000, aprova o ato que autoriza a Associação das Donas de Casa de Matozinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matozinhos (MG); PDL nº 154/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia (BA); PDL nº 176/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcos (MG); Mensagem nº 243/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Oto Agridino Maia, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer a de embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar de São João de Jerusalém, de Rodas e de Malta; Mensagem nº 244/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Luiz Antonio Jardim Gagliardi, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer a de embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 155/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carambeí (PR); PDL nº 179/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Paranaíba (MG); PDL nº 188/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Comodoro (MT) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comodoro (MT); PDL nº 207/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte (AAMB) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasnorte (MT); e Requerimento nº 666/2000, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 222, de 1999, e 186, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Terça-feira

Após a Ordem do Dia — Reunião dos líderes partidários a fim de tratar da composição das comissões permanentes. Gabinete da Presidência

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ex-dirigentes do Vasco são ouvidos pela CPI do Futebol

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro recomeça nesta semana a tomada de depoimentos e, amanhã, serão ouvidos o ex-presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, Agathyrno da Silva Gomes, o ex-conselheiro do clube Ivo Mor-



Geraldo Althoff: foco da comissão é Eurico Miranda

gado e o benemérito João Manoel de Almeida. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI, disse que o foco imediato da comissão é o presidente do Vasco, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), suspeito dos crimes de evasão de divisas, enriquecimento ilícito e fraude cambial.

Na quarta-feira, vai depor o ex-conselheiro do Vasco da Gama Hércules Santana, que teria denúncias sobre irregularidades administrativas cometidas por Eurico Miranda na administração do futebol profissional do clube. O ex-conselheiro Levi Lafeté, que foi procurador do jogador Bebeto, vai depor também na quarta-feira sobre a venda do jogador para o Deportivo La Coruña, da Espanha, em 1992. Segundo o Banco Central, há in-



dícios de fraude cambial na transferência de Bebeto.

Hércules Santana, candidato derrotado por Eurico Miranda nas eleições para a presidência do Vasco no ano passado, disse que, no período em que foi presidente do Conselho Fiscal do clube, nunca houve prestação de contas por parte da gerência de futebol, que movimentava milhões de dólares durante a gestão de Eurico Miranda.

Na quinta-feira, a CPI vai realizar audiência pública para debater o passe, instrumento que garante a propriedade dos clubes sobre os jogadores de futebol. Como representante dos atletas, foi

convocado o ex-jogador Raí Sampaio de Souza Vieira de Oliveira. Pelos clubes, deve comparecer o presidente do Clube dos 13, Fábio Koff (o Clube dos 13 é a entidade que reúne os 20 maiores clubes de futebol do Brasil). O terceiro convidado é o advogado Maurílio Krieger, especializado em legislação esportiva.

Maguito é contra adiamento do fim do passe de jogador

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse sexta-feira que é um erro adiar novamente o fim do chamado passe, instrumento que transforma o jogador de futebol profissional em propriedade dos clubes. O ministro do Esporte, Carlos Mello, está analisando o pedido dos clubes para que adie o fim do passe, previsto para acontecer no dia 26 de março pela legislação em vigor — a Lei Pelé foi mudada por uma medida provisória, que por sua vez foi modificada em julho do ano passado pelo Congresso Nacional.



Maguito: clubes tiveram tempo para se adaptar

Segundo Maguito Vilela, os clubes já tiveram três anos para adaptar-se à nova realidade, com os jogadores livres para assinar contrato com quem mais lhes conviesse, mas não o fizeram. "Não tem cabimento um novo adiamento. Se os

clubes não se adaptaram até agora é porque nunca o farão", disse.

Maguito defende, no entanto, uma outra mudança que vem sendo analisada pelo ministro Carlos Mello: o aumento de dois para quatro anos da duração máxima do primeiro contrato firmado pelos clubes com os jovens jogadores que eles formam. O senador lembrou que ele próprio, como relator da medida provisória, no ano passado, já havia proposto a mudança, mas o presidente da República a vetou no ato de promulgação da nova lei.

O senador acrescentou que o veto presidencial foi tão equivocada que, agora, o ministro do Esporte vem tentando obter apoio do ex-ministro Pelé para a proposta de ampliar o prazo de adaptação dos clubes ao fim do passe.

Líderes definem com Jader composição de comissões

Escolha de integrantes dos órgãos responsáveis pelo exame das matérias deve levar em consideração o critério de proporcionalidade das bancadas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, convocou para amanhã reunião dos líderes partidários com o objetivo de tratar da composição das comissões permanentes da Casa. Foram indicados líderes, pelo PFL, Hugo Napoleão (PI); pelo PSDB, Sérgio Machado (CE); pelo Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (SE), e pelo PSB, Ademir Andrade. Amanhã pela manhã, a bancada do PMDB reúne-se para escolher o líder.

A definição das presidências das comissões deve levar em consideração o critério de proporcionalidade das bancadas



Jader Barbalho convocou a reunião com os líderes partidários para amanhã

partidárias. O Senado tem sete comissões temáticas perma-

nentes: Assuntos Econômicos; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Sociais; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Educação; Serviços de Infra-Estrutura, e de Fiscalização e Controle.

As comissões são responsáveis pela análise dos projetos antes da votação em plenário. O Regimento Interno do Senado, no entanto, prevê a aprovação de propostas sem passar pelo Plenário. É o caso dos projetos terminativos, cuja decisão na comissão é definitiva, sempre que não houver recurso de nove senadores para votação em Plenário.

Plenário vota projeto que pune falta às aulas

Na primeira semana de trabalhos sob nova direção, o Senado aprecia projeto de lei da Câmara que determina que as escolas enviem, bimestralmente, ao Conselho Tutelar e ao juiz titular da Vara da Infância e da Juventude local a relação dos alunos que tiverem 25% de faltas não justificadas. A proposta, que está na Ordem do Dia de quarta-feira, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pretende manter as crianças na escola, protegendo-as do abandono e da exploração.

A legislação brasileira estabelece a obrigação dos pais de zelar pela frequência escolar dos filhos. Dessa forma, os adultos que, sem justa causa, não proverem a educação às crianças pelas quais são responsáveis podem, inclusive, ser condenados por crime de abandono intelectual, que tem como pena detenção de 15 dias a um mês ou multa, de acordo com o Código Penal.

A matéria, já aprovada pela Câmara, recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) na Comissão de Educação. A relatora considera que, caso o juiz e o Conselho Tutelar se manifestem, o receio de processo criminal pode levar os pais e responsáveis a zelarem pela manutenção das crianças em sala de aula.

Na sessão de quarta, os senadores apreciam ainda a indicação de



Emilia Fernandes deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Educação do Senado

novos chefes de missões diplomáticas no exterior. O embaixador Otto Agripino Maia, que atualmente ocupa a embaixada no Vaticano, foi indicado para acumular a embaixada em Malta. Já o diplomata Antonio Jardim Gagliardi, embaixador na Noruega, foi indicado para exercer o cargo, cumulativamente, na Islândia. Ambos já foram sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que recomenda a aprovação das indicações.

As sessões de amanhã e de quinta-feira foram reservadas para a apreciação de sete projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações autorizando entidades públicas a executarem serviços de radiodifusão comunitária em diversas cidades do país.

CPI discute amanhã sua pauta de trabalhos

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga



o roubo de cargas realiza amanhã a primeira reunião do ano, com o propósito de definir a pauta de trabalhos, incluindo a confirmação do calendário de viagens aos estados. Em princípio, as cidades a serem visitadas para a realização de audiências públicas e investigações serão Imperatriz (MA) e São Luís. Também estão no roteiro São Paulo e Campinas (SP).

De acordo com o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), até o fim do ano estará alcançado o principal objetivo da comissão, que é o de dismantlar as quadrilhas receptoras. Para Tuma, essas quadrilhas estão mais organizadas e aparelhadas do que a polícia.

Ele destacou, entre os pontos positivos dos trabalhos realizados no ano passado, a obtenção, pela CPI, da colaboração de alguns ex-integrantes de quadrilhas, como Jorge Méres e Sálvio Barbosa, resguardados pelo Programa Nacional de Proteção às Testemunhas.

Patrocínio saúda avanço da eletrificação no Tocantins

Chegada da energia a um povoado a 470 quilômetros da capital demonstra, segundo o senador, “o firme propósito da administração tocantinense de levar eletricidade a todos os seus cidadãos”

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) registrou os esforços do governo do Tocantins, juntamente com a Companhia de Eletricidade do estado (Celtins), para fornecer energia elétrica a localidades pequenas e situadas na área rural do estado. Ele citou como exemplo a chegada da eletricidade, em 21 de dezembro do ano passado, ao povoado de Mumbuca, situado no município de Mateiros, a 470 quilômetros da capital, Palmas. Para Patrocínio, isso demonstra o firme propósito da administração tocantinense de levar eletricidade a todos os seus cidadãos.

Segundo o senador, Mumbuca, fundado em 1901, somente agora, cem anos depois, rece-



Patrocínio considera a eletrificação rural “um dever moral dos governos para com quem ainda vive nas trevas”

be os benefícios da iluminação. Os investimentos para estender a energia ao povoado, informaram, foram de R\$ 73 mil, sen-

do 70% bancados pelo governo estadual por meio do Programa de Eletrificação Rural de Tocantins (Pertins).

Jucá elogia lançamento do Balanço Energético Nacional

O lançamento do Balanço Energético Nacional (BEN-2000) referente ao ano de 1999, por iniciativa do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia (MME), foi elogiado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). O balanço apresenta a sinopse dos trabalhos no exercício passado, e os indicadores de produção, consumo e dependência externa de energia, além da composição setorial dos diversos grupos de energéticos e da síntese do Balanço de Energia Útil, compreendendo o período de 1984 a 1999.

Analisando os dados do BEN-2000, Jucá disse que, no período de 1970 a 1999, é possível constatar que a economia nacional cresceu a uma taxa anual de 4,2%. O setor elétrico, informou o senador, aumentou em mais de cinco vezes a capacidade instalada de

geração, considerado o período de 1970 a 1999 e os percentuais de 90% de geração hidráulica e de 10% de geração térmica e nuclear. Na parte do consumo, houve um crescimento de 75% ao ano e um acréscimo da participação da eletricidade no consumo final de energia, de 16% para 39,5%, no mesmo espaço de tempo, relatou.

Jucá explicou ainda que, em 1999, cerca de dois milhões de residências passaram a ser atendidas com energia elétrica, crescimento que foi acompanhado pelos estabelecimentos comerciais devido à expansão e modernização dos serviços, o maior uso de aparelhos de ar-condicionado e a abertura de grandes centros comerciais. No setor industrial, o consumo de energia cresceu 2,16%, sob a influência dos ramos de açúcar, de papel e celulose e de química, concluiu.



Jucá: setor elétrico aumentou em mais de cinco vezes a capacidade instalada de geração entre 1970 e 1999



Eduardo Siqueira Campos sugere que o governo federal se inspire no modelo de Palmas (TO)

Eduardo cobra maior proteção para criança e jovem carente

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cobrou do governo federal ações concretas no sentido de criar programas sociais destinados a dar maior proteção às crianças e aos jovens carentes. Ele informou que a exclusão atinge hoje cerca de 20 milhões de famílias, cabendo ao Estado saldar essa dívida social, com o objetivo de garantir justiça, cidadania e dignidade à população carente.

Eduardo Siqueira Campos observou que o governo federal poderia inspirar-se no modelo educacional colocado em prática pela prefeita Nilmar Gavino Ruiz, da cidade de Palmas, capital do Tocantins. Conforme informou, a prefeita definiu como prioridades de sua administração a proteção e a promoção da criança e do adolescente.

— Além de garantir escolaridade total aos meninos e meninas em idade escolar, 4.694 crianças,

— O fornecimento de energia a essas pequenas localidades não tem, a rigor, viabilidade econômica para a Celtins, mas a empresa faz questão de ressaltar seu compromisso social com a universalização do acesso à eletricidade — explicou Patrocínio.

O senador disse ainda que até dois anos atrás somente 8% da área rural dispunha de eletricidade, mas graças ao governo estadual e à Celtins essa situação vem mudando rapidamente.

— A eletrificação rural, assim, é um dever moral dos governos para com quem ainda vive nas trevas, e esse compromisso foi assumido e vem sendo cumprido em nosso estado —, atestou o parlamentar.



Sebastião Rocha é o relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

CAS vai apreciar projeto que limita uso de silicone líquido

O projeto que proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano, com exceção apenas na área de oftalmologia em casos de descolamento de retina, está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deverá ser votado em breve. A matéria permite o uso de próteses de silicone, desde que o paciente autorize o procedimento por escrito.

O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), introduziu a exigência. Ele disse que a autorização do paciente é fundamental e que somente deverá ser assinada depois que o médico esclarecer os riscos e vantagens da cirurgia.

Sebastião Rocha, que é médico, informou que a proibição vai acabar com um procedimento comum atualmente, que é a utilização do silicone líquido no preenchimento de rugas com fins estéticos. Ele alertou que essa prática pode provocar deformação de órgãos, “não se excluindo o risco de cegueira”.

O senador negou, durante a última discussão sobre o assunto realizada na CAS, que tenha cedido a pressões de entidades médicas na elaboração do relatório final. Disse que apenas foi procurado por várias instituições ligadas ao tema, entre as quais dirigentes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, que fizeram gestões no sentido de ser retirada do projeto a autorização do paciente por escrito para a implantação de prótese de silicone. “Mas tudo foi feito dentro da ética e do respeito mútuo”, afirmou.

Reformas política e do Judiciário têm tramitação mais adiantada

Das três propostas consideradas prioritárias pelo novo presidente do Senado, Jader Barbalho, a questão tributária enfrenta maior dificuldade de consenso

Entre as três reformas apontadas como prioritárias pelo novo presidente do Senado, Jader Barbalho, as que prevêem mudanças no sistema político e no Poder Judiciário estão em fase mais adiantada de tramitação nas duas Casas do Congresso. Ainda que pronta para votação no Plenário da Câmara, a proposta de reforma tributária enfrenta a falta de consenso sobre o tema mesmo dentro da base de sustentação do governo.

Cinco dos mais importantes projetos ligados à reforma política podem ser apreciados ainda neste primeiro semestre — três na Câmara e dois no Senado. Os que podem ser examinados pelos deputados são os que estabelecem proibição de coligações nas eleições proporcionais, adoção de listas abertas e fechadas nas eleições para a Câmara e cláusula de desempenho para que os partidos tenham representação no Congresso, com permissão para o estabelecimento de federações de pequenos partidos. Todos já foram aprovados pelo Senado.

Os senadores, por sua vez, continuarão a discutir duas outras propostas da reforma política — a que trata do financiamento público de campanhas eleitorais e a que dispõe sobre o fortalecimento da fidelidade partidária. Ambas foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e terão de ser apreciadas pelo Plenário.

A proposta de reforma do Poder Judiciário, aprovada em junho do ano passado pela Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para ser colocada em votação na CCJ.

Uma das principais inovações da reforma é a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Composto por 15 membros, o conselho deverá abrigar representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Congresso Nacional.

Segundo a relatora da proposta na Câmara, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), muitas das irre-

gularidades apontadas não teriam sido apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário em 1999 se o controle externo já estivesse presente na legislação.

O substitutivo da deputada, resultado de quase oito anos de discussão da matéria na Câmara dos Deputados, privilegia a melhoria do atendimento na primeira instância. Para isso, cria a obrigatoriedade de cursos para juízes e determina um prazo mínimo de três anos para que os recém-formados em Direito possam ingressar na magistratura. Outro ponto que poderá facilitar o acesso à Justiça é o fim das férias forenses. Atualmente, os tribunais têm dois meses de recesso — no início e no fim do ano.

A proposta de reforma tributá-

ria vem sendo discutida pela Câmara há mais de cinco anos. O relator da matéria, deputado Musa Demes (PFL-PI), chegou a preparar várias versões do relatório que apresentaria a uma comissão especial criada para analisar o tema, mas elas foram vistas com ressalvas pela equipe econômica do governo.

A principal preocupação do Poder Executivo é a de perder receitas, em um momento ainda considerado de ajuste fiscal, com as mudanças na legislação tributária que possam vir a ser implantadas pelo Congresso Nacional. Por isso, longas negociações entre os dois Poderes ainda devem preceder a votação da emenda constitucional da reforma tributária.



Jader Barbalho aponta reformas política, tributária e do Judiciário como essenciais para o país



Sérgio Machado foi relator de projetos de reforma política aprovados na CCJ e que agora irão ao Plenário

Plenário apreciará financiamento público e fidelidade partidária

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária foram aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em novembro do ano passado. As matérias serão ainda examinadas pelo Plenário, devido a recurso encaminhado pelos senadores para que o assunto não fosse esgotado na CCJ.

O projeto que estabelece o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais proíbe os partidos e os candidatos de receber “direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro” proveniente de pessoa física ou jurídica.

Nos anos em que se realizarem eleições, segundo o projeto, as dotações orçamentárias para o fundo partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos políticos e 99% serão destinados aos partidos de forma

proporcional, segundo a dimensão de suas bancadas.

No cálculo dessa proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partidos após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre as agremiações. O projeto proíbe o pagamento de multas eleitorais com recursos do financiamento público.

De acordo com a proposta de fortalecimento da fidelidade partidária, os candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos à sua atual agremiação para poder concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá participar do pleito seguinte.

Entre os projetos da reforma política já enviados à Câmara, um dos mais importantes é o que prevê a cláusula de desempenho para o acesso das agremiações ao fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão. Segundo a proposta, dividirão nove décimos do tempo destinado à propaganda gratuita as legendas que tiverem obtido, na última eleição, 5% dos votos para a Câmara, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% em cada um deles. O décimo do tempo restante será distribuído entre as legendas que não alcançarem essa votação.

Com relação ao fundo partidário, o substitutivo divide 10% do valor disponível entre todas as legendas e os 90% restantes entre aquelas que obtiverem o desempenho eleitoral mínimo estabelecido. Os partidos, ainda de acordo com o projeto, poderão reunir-se em federações, que atuarão nacionalmente como se fossem um partido político.

REFORMA DO JUDICIÁRIO ESTABELECE ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO

A criação de um órgão de controle externo é uma das principais propostas contidas na reforma do Poder Judiciário que tramita no Senado. A matéria, já aprovada pela Câmara, também institui cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados e o fim do recesso anual de dois meses na Justiça. São os seguintes os principais pontos da proposta de reforma do Judiciário:

- Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso
- Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal
- Fim do recesso anual de dois meses na Justiça
- Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade
- Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades
- Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados
- Proibição aos juízes de emitir opinião sobre os processos que presidam
- Súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria constitucional, contando com a aprovação de três quintos do tribunal

Aprovado voto de aplauso pelos 80 anos da "Folha"

A homenagem foi proposta por Romeu Tuma, que lembrou a história do jornal, fundado por Olival Costa e Pedro Cunha. Os dois, disse, "acreditaram em seu próprio potencial de trabalho para transformar usos e costumes sociais, políticos e econômicos"

Para Romeu Tuma, a *Folha* é "paradigma do jornalismo democrático"



Ao final da sessão de sexta-feira, o Plenário do Senado aprovou voto de aplauso pela passagem do octogésimo aniversário de fundação do jornal *Folha de S. Paulo*. O voto, apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi aprovado por unanimidade.

Ao falar sobre a data, o senador relatou a história da publicação, iniciada em 1921 pelos sócios Olival Costa e Pedro Cunha.

— Homens e mulheres idealistas, que acreditaram em seu próprio potencial de trabalho para transformar usos e costumes sociais, políticos e econômicos. Jornalistas que se despiram de quaisquer interesses mesquinhos para poder criar padrões de comportamento orientados pela e para a liberdade. Gente que influenciou na ins-

tituição do primado dos direitos individuais entre os seres humanos — assinalou.

A *Folha de São Paulo*, afirmou Romeu Tuma, deve ser reconhecida como "paradigma do jornalismo democrático" e "venerada como símbolo da força e da credibilidade" presentes na imprensa brasileira. O senador destacou ainda as realizações de Octávio Frias de Oliveira como presidente e principal acionista do Grupo Folha, que agrega, além do jornal que está completando 80 anos, outros veículos de comunicação e um portal na Internet.

Tuma ressaltou que Octávio Frias de Oliveira faz questão, ainda hoje, de comparecer quase todos os dias ao escritório que mantém, há mais de 35 anos, no edifício-

sede do jornal. Seus filhos, Luís Frias e Otávio Frias Filho, presidente e diretor editorial do jornal, respectivamente, têm "a dupla ventura de poder dirigir uma máquina sólida, poderosa, e, ao mesmo tempo, contar com o apoio e a orientação direta de quem lhes tornou isso possível".

Para comemorar o 80º aniversário, anunciou Tuma, a diretoria do Grupo Folha promoverá no próximo domingo, dia 25, um ato ecumênico. Em seguida, haverá apresentação da Orquestra Jazz Sinfônica e do Coral Sinfônico do estado, além do Coral da Resistência Negra. O ato e as apresentações vão acontecer na Sala São Paulo, localizada na Praça Júlio Prestes, bairro da Luz, na capital paulista.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Especial — Eduardo Galeano
6h30 — Debate — Sen. José Fogaça e o escritor José Basulto falam sobre literatura e a integração latino-americana
7h30 — Entrevista — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — Saúde/Unip — A violência — parte 1
9h — Especial — Eduardo Galeano
9h30 — Entrevista — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel
10h — Palestra *Tempo e Espaço: do sagrado ao profano*
11h30 — Debate — Sen. José Fogaça e o escritor José Basulto falam sobre literatura e a integração latino-americana
12h30 — Entrevista — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
12h30 — Revista *Brasília*
13h30 — Debate — Sen. José Fogaça e o escritor José Basulto falam sobre literatura e a integração latino-americana
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel
19h — *Cores do Brasil* — Manaus

19h30 — Debate — Sen. José Fogaça e o escritor José Basulto falam sobre literatura e a integração latino-americana
20h30 — Entrevista — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

TV Senado mostra hoje debate sobre literatura e integração latino-americana

O programa *Debate*, da TV Senado, reúne hoje o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o escritor e adido de imprensa da Embaixada do México, José Basulto, para discutir literatura e integração latino-americana. José Basulto,

que atualmente está trabalhando na tradução para o espanhol de contos brasileiros que serão publicados no México, defende a viabilidade da integração. Segundo ele, há uma similaridade muito intensa entre as duas culturas.

Para o senador José Fogaça, os estados do Sul do Brasil já se integram aos países de fronteira do Cone Sul. Ele considera que a experiência deve ser estendida ao resto do país. O programa *Debate* vai ao ar às 6h30, 11h30, 13h30 e 19h30.

A TV Senado reprisa hoje, às 9h30 e 18h30, a entrevista com o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sobre biodiesel, a pedido dos telespectadores. O programa foi o escolhido pelos teles-

pectadores que visitaram a nova página da TV Senado na Internet.

Na entrevista, o senador fala do acordo, do qual foi patrocinador, entre a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Fe-

deral do Ceará no projeto de viabilização do óleo diesel feito de mamona.

O programa *As Cores do Brasil* apresenta hoje Natal, às 5h, e Manaus, às 19h. Além disso, a TV Senado exibe uma entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a quebra de sigilo bancário sem autorização judicial. O programa pode ser visto às 7h30, 12h30 e 20h30.

Será também mostrada uma conversa com o jornalista uruguaio Eduardo Galeano no programa *Entrevista Especial*, em que ele fala sobre literatura, Internet, mídia e política internacional.

A Sessão Plenária do Senado será apresentada a partir das 14h30.



José Fogaça defende uma maior integração do Brasil com outros países latino-americanos



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L1 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Nabor Júnior homenageia nova Mesa do Senado

Senador diz estar certo de que o Parlamento ganhará novos motivos para ser respeitado pelo povo brasileiro

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) homenageou, em discurso no plenário na sexta-feira, a nova Mesa recém-eleita e, em especial, o novo presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). As primeiras palavras de Nabor, que abordou outros temas, como a necessidade de realização das reformas tributária, política e do Judiciário, foram para dar boas-vindas aos representantes da nova Comissão Diretora.

O senador desejou sucesso aos integrantes da Mesa em suas novas tarefas. E afirmou que o senador Jader Barbalho é um homem público provado e aprovado, notável pela serena firmeza



Conforme Nabor Júnior, Jader Barbalho é "um homem público provado e aprovado"

com que se opôs à ditadura. Segundo Nabor, Jader é "um peemedebista de primeira hora" e sempre foi coerente com as pos-

postas políticas do partido.

Nabor Júnior lembrou, com orgulho, ter sido um dos primeiros senadores a apoiar a candidatura de Jader à Presidência do Senado.

– Estou certo de que agora o Parlamento ganhará novos motivos para ser respeitado pelo povo brasileiro como sua Casa e fonte das leis que farão um Brasil melhor para nossos filhos – disse.

Na presidência da sessão, o primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), agradeceu as homenagens e expressou a vontade de realizar um bom trabalho no cargo que acaba de assumir.

Reformas são indispensáveis, diz senador

A votação, o mais rápido possível, das reformas tributária, política e do Judiciário foi defendida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) na sexta-feira. Na opinião do senador, a aprovação, ainda nesta sessão legislativa, da reforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados, é uma necessidade imperiosa para o país. Nabor destacou que esse ponto foi defendido também nos discursos de posse tanto do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), quanto do da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG).

Nabor acredita que a reforma tributária garantirá uma articulação na arrecadação da União, dos estados e dos municípios, assegurando a manutenção da máquina administrativa e a realização e conclusão de projetos de desenvolvimento, além de satisfazer os compromissos internos e externos do país. Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS)

apoiou a necessidade de realização da reforma tributária. Para ele, isso tornará possível a redução gradativa de impostos. "A carga brasileira é elevadíssima", disse.

A conclusão da reforma do Judiciário também foi defendida pelo representante do Acre.

– Precisamos dar condições de agilidade para que a Justiça possa prestar melhores serviços à população. Queremos uma Justiça que não seja lenta e emperrada como é atualmente – disse Nabor.

Na opinião do senador, a reforma política é uma das mais importantes a serem examinadas pelo Congresso Nacional. Para ele, a vida político-administrativa brasileira, como está organizada, fragiliza os partidos.

– Essa reforma tem que ser votada indispensavelmente ainda este ano. O prazo fatal é 30 de setembro, para que a nova legislação entre em

vigor já nas eleições de 2002, quando serão eleitos presidente, governadores, dois terços do Senado, toda a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas – afirmou.

O senador assinalou a importância de adoção do princípio de fidelidade partidária e do financiamento público das campanhas.

ORÇAMENTO

Nabor Júnior comentou ainda informações de que governo federal determinou o contingenciamento de mais de R\$ 7 bilhões do Orçamento de 2001, aprovação pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. Ele lamentou que o contingenciamento atinja basicamente as emendas das parlamentares.

– Isso representará grande frustração especialmente para os estados do Norte e Nordeste, os que mais precisam dessas verbas federais – disse.

Tasso Rosado reassume no lugar de Fernando Bezerra



Tasso Rosado volta ao Senado como representante do Rio Grande do Norte

Tasso Rosado (PMDB-RN), suplente do senador licenciado e ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, reassumiu o mandato de senador na manhã de sexta-feira. Fernando Bezerra deixara o ministério na semana passada para participar da eleição da nova Mesa do Senado; após a eleição, licenciou-se novamente e voltou ao Executivo, abrindo vaga para o suplente na representação do Rio Grande do Norte.

Projeto de Patrocínio torna obrigatória advertência sobre riscos do bronzeamento artificial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) designou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) como relator do projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que obriga todos os equipamentos, bem como os locais utilizados no bronzeamento artificial, a conter aviso do



Jefferson vai relatar projeto sobre riscos do bronzeamento

Ministério da Saúde advertindo para os riscos à saúde do usuário. O projeto também restringe a propaganda de remédios e terapias de qualquer espécie a publicações dirigidas especificamente a profissionais e instituições de saúde.

Segundo Patrocínio, 30 mil brasileiros, dos quais 80% são mulheres, freqüentam clínicas de bronzeamento artificial. "Nesses locais, os clientes recebem informações erradas, provavelmente por ignorância dos próprios fun-

cionários que operam os equipamentos", explicou. O senador revelou ainda que as clínicas informam aos clientes que, se preferirem, poderão utilizar o equipamento todos os dias, enquanto os médicos advertem que o máximo deverá ser de dez sessões por ano, mesmo assim se a pes-

soa não se expuser diretamente ao Sol durante esse tempo.

– Pesquisas desenvolvidas na Europa indicam que as mulheres que se submetem a mais de 20 minutos de bronzeamento artificial por ano têm sete vezes mais chances de surgimento de melanoma após os 30 anos de idade. Existe também grande possibilidade de desenvolvimento de catarata, caso não sejam utilizados óculos especiais para proteção dos globos oculares – afirmou Patrocínio.

CAE examinará redução de encargos do crédito rural

Entre as matérias a serem examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2001 está o projeto de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que reduz os encargos financeiros dos créditos rurais para empreendimentos nas áreas de atuação das superintendências de Desen-



Projeto de Luiz Pontes beneficia áreas da Sudam e Sudene

volvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A matéria foi examinada em dezembro de 2000 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou por unanimidade parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O projeto determina que os encargos financeiros dos créditos rurais – que compreendem juros e atualização monetária – não excederão a 40% das taxas e índices vigentes nas demais regiões do país, no caso de micro e pequenos produtores. Para os médios produtores, os encargos poderão atingir, no máximo, 60% das taxas e índices em vigor nas demais regiões,

de acordo com o projeto aprovado. Já os encargos para os grandes produtores poderão chegar a 80% dessas taxas e índices. O exame da matéria pela CCJ foi pedido pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), rejeitou emenda apresentada

pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que reduzia esses índices para 20%, 30% e 50%. Em seu parecer aprovado na CCJ, Alcântara afirmou ser notório haver graves diferenciações de produtividade das explorações agropecuárias, em função de localização dos empreendimentos e que as taxas de retorno são muito menores nas áreas da Sudam e Sudene. Durante muitos anos, explicou, as autoridades econômicas, reconhecendo essa diversidade, mantiveram taxas de juros diferenciadas para municípios da Sudam e Sudene, mas há algum tempo esses critérios foram abolidos e os encargos uniformizados em todo o país.

Amir Lando apresenta projeto de lei que eleva salário mínimo para R\$ 180

Proposta resulta do acordo feito entre o governo e as lideranças partidárias no Congresso para garantir à Previdência Social os recursos necessários para bancar o aumento

O senador Amir Lando (PMDB-RO), relator-geral do Orçamento 2001, apresentou sexta-feira projeto de lei que eleva o salário mínimo, a partir de 1º de abril, de R\$ 151 para R\$ 180. Com isso, o senador cumpre acordo firmado com o Palácio do Planalto em novembro passado, pelo qual o Congresso aprovaria três leis de combate à sonegação, de maneira a gerar recursos para a Previdência Social pagar o aumento do mínimo a quase 13 milhões de aposentados do INSS.

O acordo foi o caminho encontrado pelas lideranças partidárias no Congresso, pelo relator-geral e pelo Palácio do Planalto para superar o impasse em torno da votação do Orçamento da União deste ano. O Executivo não aceitava salário mínimo superior a R\$ 159, sob o argumento de que não havia fontes permanentes para seu pagamento. Por

sua vez, o então presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e os líderes partidários estavam decididos a aumentar o mínimo para pelo menos R\$ 180 — um reajuste de 19,2%.

As leis de combate à sonegação foram aprovadas pelo Congresso Nacional em dezembro, entrando em vigor pouco depois. No início deste mês, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, concedeu entrevista à imprensa anunciando um crescimento de 10,67% na arrecadação de janeiro, comparada ao mesmo mês de 2000, atribuindo em parte o aumento aos projetos anti-sonegação.

O relator-geral do Orçamento



Amir Lando foi o relator-geral do Orçamento deste ano

lembra na justificativa de seu projeto que o reajuste para R\$ 180 custará à Previdência Social R\$ 3,1 bilhões. Deste total, R\$ 1,2 bilhão sairá do combate à sonegação e R\$ 1,6 bilhão da verba destinada inicialmente pelo Executivo às emendas dos parlamentares ao Orçamento.

Os outros R\$ 300 milhões resultaram de cortes no custeio dentro do Orçamento de 2001. Ainda conforme o acordo com o Planalto, o aumento de receitas que passar de R\$ 1,2 bilhão, por conta do combate à sonegação, será usado pelo governo para atender a cerca de 9 mil emendas que os deputados e senado-

res fizeram ao projeto orçamentário — a maioria, beneficiando obras rodoviárias, escolas e postos de saúde em quase todos os municípios do país.

Na primeira semana deste mês, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto contingenciando R\$ 7,6 bilhões dos gastos não-financeiros do Orçamento. Conforme notícias dos jornais, uma parte das emendas dos parlamentares será afetada pela medida. A Comissão Mista de Orçamento decidiu convidar o ministro do Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares, para explicar nesta quarta-feira o contingenciamento ao Congresso.

Amir Lando, informou que pretende questioná-lo sobre a razão de um veto do presidente ao projeto orçamentário, que consolidava exatamente o acordo para elevar o salário mínimo para R\$ 180.



Leomar Quintanilha defende limites para experiências no campo da clonagem

Quintanilha pede reflexão crítica sobre biotecnologia

As pesquisas sobre clonagem humana preocupam o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), para quem os legisladores devem aprofundar uma reflexão crítica acerca dos limites para o uso desse conhecimento. Quintanilha citou entrevista publicada no *Correio Braziliense* com os cientistas Panayotis Zavos e Severino Antinori, que garantem que, em dois anos, em algum país mediterrâneo, irão clonar casais que não podem ter filhos.

— A matéria publicada no *Correio Braziliense* nos enche de preocupação porque os entrevistados não apontam para uma utopia distante. Ao contrário, denunciam pesquisas feitas na surdina, no campo incontrolável da biotecnologia, e buscam aliados em países que possuem legislação favorável aos seus interesses — afirmou.

Segundo o senador, o anúncio dividiu as opiniões dos especialistas porque existem inúmeras questões técnicas e éticas a serem respondidas nesse campo. O parlamentar citou a revista *Nature Genetics*, segundo a qual os experimentos precisam ainda ser aprofundados, a partir da avaliação da ovelha Dolly. Quintanilha ressaltou que os cientistas admitem que a clonagem pode gerar seres com malformações e riscos de morte prematura.

Ele lembrou que os especialistas acreditam que a própria clonagem perderá terreno para uma área ainda mais revolucionária que é a transformação de células-tronco (progenitoras de todas as células do organismo) de adultos em qualquer tecido humano, pondo fim à disputa por embriões. A nova técnica, no entanto, envolve riscos, alertou, afirmando que um passo em falso pode ter efeitos desastrosos.

Lúdio vê momento propício para a retomada das reformas

Após a estabilidade da moeda e a retomada do crescimento econômico, está pavimentado o caminho para um entendimento adequado entre os Poderes da República em torno das reformas política, tributária e do Judiciário. A opinião foi expressa pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), em discurso feito sexta-feira.

Ele afirmou que houve “dificuldades nas eleições para as Mesas do Senado e da Câmara”, mas, a seu ver, as manifestações iniciais dos dois novos presidentes, senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e deputado Aécio Neves (PSDB-MG), respectivamente, “foram claras no sentido de estabelecer um clima de respeito recíproco”.

As condições macroeconômicas do país são favoráveis, segundo o senador. A estabilização monetária associou-se, no ano passado, a um pequeno mas importante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB),



Para Lúdio, as reformas podem ser implantadas gradativamente

da ordem de 4%, avaliou. Esse cenário, prosseguiu, caracteriza o início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso como de reconstrução e de busca de equilíbrio nas contas públicas.

O senador reconheceu que houve ônus, particularmente para a agricultura, setor que “pagou tributo enorme à estabilidade da moeda”. Hoje,

acrescentou, o setor agrícola está às voltas com um endividamento mais suportável.

Esse quadro geral é propício às reformas política, tributária e do Judiciário reclamadas pela sociedade, enfatizou Lúdio Coelho. Se não for possível completá-las nesse governo, elas devem ser pelo menos implantadas gradativamente, na expectativa do senador, que manifestou o desejo de que as novas Mesas do Poder Legislativo tenham serenidade e competência para conduzir esse processo.

Mozarildo propõe condições de funcionamento para ONGs

Projeto apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelece requisitos para o funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs), nacionais e internacionais. Para exercer atividade permanente ou ter a sede efetiva de suas administrações no território nacional, as ONGs deverão fazer

registro prévio de seu regimento interno e de seu estatuto no Ministério da Justiça e na Secretaria de Justiça de todos os estados onde tiver representação.

O projeto prevê também que as ONGs prestarão às autoridades brasileiras esclarecimentos sobre o nome de seus diretores ou representantes e informarão as contas da entidade anualmente, assim como dos recursos e subvenções obtidos.

Se a organização descumprir requisitos legais ou atentar contra a



Mozarildo Cavalcanti quer instituir controle sobre a ação de ONGs

ordem pública, a sua autorização de funcionamento poderá ser cassada, de acordo com a proposta.

Segundo o projeto, as ONGs estão submetidas às normas de direito interno e as originárias de tratados e convenções ratificados pelo Brasil que tenham por objeto as pessoas jurídicas de direito privado. Da mesma forma, os estrangeiros que atuarem nas ONGs devem obter o visto de entrada no Brasil, nos termos da lei, vedada, para esse fim, a concessão de visto de turista ou de estudante.

Na justificativa da matéria, o senador Mozarildo Cavalcanti argumenta que existe hoje uma proliferação de ONGs sem que haja um controle efetivo sobre as atividades que desenvolvem. Ele afirma que a falta de controle pode gerar até mesmo “um campo fértil ao exercício das atividades do crime organizado”.